

03. (Questão Elaborada pelo Professor)

Emerson, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de SP, adquiriu, para si, durante o exercício do cargo público, uma Ferrari de R\$ 4.000.000,00. Tal bem representa valor desproporcional à sua evolução patrimonial e à sua renda

De acordo com o ordenamento jurídico, Emerson

- A) não praticou qualquer ato ilícito, seja na esfera disciplinar, seja em matéria de improbidade administrativa.
- B) não praticou qualquer ato ilícito, pois sua vida particular não interfere na sua vida pública.
- C) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos.
- D) praticou ato de improbidade administrativa, que na lei pode ser cometido por dolo ou culpa.
- E) praticou ato de improbidade administrativa, que pode gerar multa de 2 vezes o acréscimo.

04. (Questão Elaborada pelo Professor)

Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo

- A) não superior a 90 (noventa) dias
- B) de 90 dias.
- C) de até 60 dias.
- D) não superior a 30 (trinta) dias
- E) de 30 dias

05. (VUNESP – 2018 – PAULIPREV - Procurador)

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível, sendo que as ações destinadas a levar a efeitos essas sanções previstas podem ser propostas

- A) Até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- B) Até oito anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- C) Até oito anos após o início do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- D) Até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- E) Até três anos após o início do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

06. (Questão Elaborada pelo Professor)

Luiz, funcionário público do TJ SP, foi processado por improbidade administrativa pelo Ministério Público pela prática de ato de improbidade, mais precisamente por deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. Em sua defesa, Luiz alegou e provou que sua conduta foi meramente culposa e que inexistiu prejuízo ao erário. Nos termos da Lei nº 8.429/1992,

- A) Apenas o primeiro argumento de Luiz poderia afastar a caracterização do ato ímprobo praticado.
- B) Todos os argumentos de Luiz afastam a caracterização do ato ímprobo praticado.
- C) Apenas o segundo argumento de Luiz afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.
- D) Nenhum dos argumentos de Luiz afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.
- E) Luiz também responderá criminalmente.

07. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre o procedimento administrativo e do processo judicial, assinale a alternativa que está em dissonância com a literalidade da lei 8429/92

- A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- C) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.
- D) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.
- E) Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.

10. (Questão Elaborada pelo Professor)

De acordo com o que dispõe expressamente a Lei 8.429/92, é correto afirmar que:

- A) O juiz dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- B) O Ministério Público não poderá designar representante para acompanhar o procedimento administrativo, haja vista se tratar de sua competência exclusiva.
- C) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- D) É vedado o bloqueio de bens mantidos pelo indiciado no exterior.
- E) A comissão processante, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

11. (VUNESP – 2018 – TJ/SP – Escrevente Técnico)

Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no artigo 1º da Lei de Improbidade a seguinte hipótese:

- A) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas protegidas por esta Lei, sem observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- C) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- D) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- E) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

12. (VUNESP – 2018 – TJ/SP – Juiz Substituto)

No tocante à improbidade administrativa, pode-se afirmar:

- A) A caracterização de ato de improbidade por violação dos princípios da administração pública exige prova de dolo do agente.
- B) A contratação de obra superfaturada por ato de improbidade implicará perda do valor do contrato em favor do erário.
- C) Ao beneficiário do ato de improbidade, devem ser impostas as mesmas penas aplicadas ao agente público que o praticou, ressalvados, quanto ao ressarcimento do dano, o limite representado pelo proveito econômico que auferiu.
- D) A contratação de obra pública mediante licitação viciada não caracteriza improbidade, caso demonstrado que ela foi contratada e executada sem prejuízo ao erário.

13. (VUNESP – 2019 – TJ/SP – Enfermeiro)

A Lei no 8.429/1992, nas suas disposições gerais determina que

- A) Quando o ato de improbidade administrativa causar lesão ao patrimônio público, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Juiz competente, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- B) A indisponibilidade recairá sobre os bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- C) As disposições desta Lei não são aplicáveis àqueles que não são agentes públicos e prestam serviços voluntários nas Fundações.
- D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está sujeito às penas desta Lei.
- E) Agente público é todo aquele que exerce, com remuneração, por nomeação em decorrência de aprovação em concurso público, cargo público nas entidades da Administração Direta ou Indireta.

17. (VUNESP – 2020 – Prefeitura de Morro Agudo/SP – Analista Legislativo)

Apolo é a autoridade administrativa responsável por um inquérito, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), no qual apura-se conduta ilícita de Hermes, que é servidor público, bem como de Dionísio que é um particular, empresário da construção civil. Na conclusão do inquérito, restou comprovado que ambos acusados praticaram atos que redundaram em lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, não cabendo mais recursos no inquérito. No entanto, antes de Apolo tomar qualquer providência, Hermes veio a falecer. Nessa situação hipotética, segundo o disposto na Lei nº 8.429/1992, Apolo deverá

A) mandar arquivar o inquérito em relação a Hermes em razão do seu falecimento e representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens de Dionísio.

B) representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens de ambos os indiciados, sendo que, no caso de Hermes, seus sucessores é que responderão até o limite do valor da herança.

C) determinar o arquivamento do inquérito em relação a Hermes, por este ter falecido, e remeter cópias do inquérito à Justiça para abertura de processo contra Dionísio.

D) pedir à Justiça o arquivamento do inquérito para ambos, tendo em vista o falecimento de Hermes e pelo fato de Dionísio não ser funcionário público, que deverá responder processo próprio na Justiça comum.

E) arquivar o inquérito em relação a Hermes, que faleceu antes da aplicação da pena e remeter o inquérito ao Delegado de Polícia para abertura de processo criminal contra Dionísio.

18. (VUNESP – 2018 – Prefeitura de Sorocaba/SP - Procurador)

Considere a seguinte situação hipotética.

Um Município firmou, em 2017, um termo de colaboração com uma Organização da Sociedade Civil para a realização de serviços de assistência social consistentes no abrigamento de pessoas em situação de rua. A entidade prestou contas das atividades realizadas no último trimestre de 2017, e um agente público da Secretaria Municipal de Assistência Social analisou a documentação e aprovou as contas prestadas. Posteriormente, a Controladoria Geral do Município recebeu uma denúncia de irregularidades na parceria e reanalisou a prestação de contas do período referido, concluindo que ocorreram despesas incompatíveis com o objeto da parceria, como compra de chocolates e bebidas alcoólicas no valor total de R\$ 512,98. Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar que a conduta do agente público que analisou a prestação de contas

A) Não caracteriza ato de improbidade administrativa, pois a vantagem percebida, no valor de R\$ 512,98, autoriza a aplicação do princípio da insignificância.

B) Caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, independentemente de haver prova de que ele auferiu qualquer tipo de vantagem patrimonial.

C) Caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não se enquadra em nenhuma das outras hipóteses legais.

D) Caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, pois presume-se que o agente obteve vantagem pessoal com a compra indevida.

E) Caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário, se comprovado que ele agiu negligentemente na análise da prestação de contas.

19. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre a lei 10.261/68, assinale a correta:

A) A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal, mas o servidor absolvido pela Justiça, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão será reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas.

B) O processo administrativo só poderá ser sobrestado para aguardar decisão judicial por despacho motivado da autoridade competente para instaurar o processo.

C) Procedimento irregular, de natureza grave acarreta demissão a bem do serviço público

D) O funcionário que, sem justa causa, deixar de atender a qualquer exigência para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, terá suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração até que satisfaça essa exigência. Tal regra não se aplica aos aposentados.

E) Poderá ocorrer nesta lei o afastamento preventivo do servidor, após determinação de instauração de procedimento administrativo. O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.

20. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre as providências Preliminares, assinale a alternativa que vai de encontro com o texto da lei 10.261/68

- A) A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por servidor é obrigada a adotar providências visando à sua imediata apuração, sem prejuízo das medidas urgentes que o caso exigir.
- B) A autoridade realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria.
- C) A apuração preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias.
- D) Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá o Chefe de Gabinete, por despacho fundamentado, ordenar as seguintes providências, dentre outras, afastamento preventivo do servidor, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a apuração do fato, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.
- E) O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.

21. (VUNESP – 2019 – TJ/SP - Enfermeiro)

Nos termos da Lei nº 10.261/68, será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que

- A) Apresentar ineficiência no serviço público.
- B) Apresentar procedimento irregular de qualquer natureza.
- C) Aplicar indevidamente dinheiro público.
- D) Abandonar o cargo.
- E) Lesar o patrimônio ou os cofres públicos.

22. (VUNESP – 2013 – SEFAZ/SP – Analista em Planejamento Orçamento e Finanças Públicas)

A empresa ABC Ltda. comparece ao setor de protocolo de uma repartição pública estadual com o objetivo de protocolar petição pedindo providências contra uma ilegalidade de que foi vítima no serviço público. Considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar, nessa situação, que o funcionário do setor de protocolo

- A) Deverá receber a petição, já que a empresa ABC tem esse direito legalmente garantido, independentemente do pagamento de taxas, sob pena de responsabilidade do servidor se este se recusar a recebê-la.
- B) não poderá receber a petição, porque, embora esse direito seja garantido às pessoas físicas e jurídicas de forma geral, o objetivo buscado pela empresa ABC, com o requerimento, não tem previsão legal.

C) Poderá receber a petição, desde que a empresa ABC pague os emolumentos devidos para esse tipo de requerimento, conforme estabelecem as normas do respectivo órgão público.

D) Não deve receber a petição, posto que esse direito não é conferido pela lei às pessoas jurídicas, mas somente às pessoas físicas.

E) Não deve receber a petição, uma vez que esse tipo de pedido não pode ser feito diretamente à Administração Pública, mas deve ser dirigido ao Poder Judiciário.

23. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre a lei 10.261/68, assinale a INCORRETA:

A) Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

B) Não poderá ser encarregado da apuração, nem atuar como secretário, amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, cônjuge, companheiro ou qualquer integrante do núcleo familiar do denunciante ou do acusado, bem assim o subordinado deste.

C) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado

D) Não comparecendo o acusado, será, por despacho, decretada sua revelia, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo.

E) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, não quiserem dar o seu testemunho.

24. (FCC – SPPREV/SP – Analista em Gestão Previdenciária)

João, servidor público efetivo, submetido ao regime da Lei nº 10.261, de 1968, foi demitido por justa causa por decisão proferida em processo administrativo disciplinar. Inconformado, recorreu ao Judiciário alegando que a decisão administrativa era nula, por ofensa ao devido processo legal. A sentença judicial anulou a decisão administrativa, tendo transitado em julgado. Nesse caso, João

A) tem direito a ser reintegrado ao serviço público, mas não no cargo anteriormente ocupado, que, na vacância, foi provido.

B) será indenizado se a decisão judicial tiver passado em julgado após 10 anos da decisão administrativa, pois neste caso não poderá reingressar no serviço público.

C) será readmitido no serviço público, por decreto de readmissão, mas sem direito ao ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.

D) será reintegrado no cargo que anteriormente ocupava, por decreto de reintegração, e com direito ao ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.

E) reingressará ao serviço público em cargo de livre escolha e nomeação, dado que seu cargo de origem foi extinto, o que permite e legitima o reingresso em cargo outro cuja situação funcional seja mais vantajosa, se comparada ao vínculo original.

25. (Questão Elaborada pelo Professor)

De acordo com a Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa incorreta:

A) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.

B) A expedição da precatória não suspenderá a instrução do procedimento.

C) No processo administrativo, o relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação das alegações finais.

D) Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente.

E) Em qualquer fase do processo, poderá o presidente, de ofício ou a requerimento da defesa, ordenar diligências que entenda convenientes.

26. (Questão Elaborada pelo Professor)

As decisões serão sempre publicadas no Diário Oficial do Estado, bem como averbadas no registro funcional do servidor, dentro do prazo de

A) 8 dias.

B) 10 dias.

C) 15 dias.

D) 30 dias.

E) 7 (sete) dias.

27. (VUNESP – 2013 – SEFAZ/SP – Analista em Planejamento Orçamento e Finanças Públicas)

Minerva, funcionária pública estadual, comovida com a situação de uma amiga que está passando por sérios problemas financeiros e de saúde, resolve ajudá-la promovendo uma lista de doativos dentro da sua repartição, pedindo uma pequena contribuição de cada colega de trabalho em benefício da referida amiga. Segundo o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, essa conduta de Minerva

A) Não é disciplinada por lei e, portanto, nada impede Minerva de assim agir.

B) É legalmente permitida.

C) Pode ser adotada, desde que devidamente autorizada pelo chefe da repartição e que não atrapalhe o bom andamento do serviço público.

D) Se constitui em uma das exceções permitidas por lei que autoriza Minerva a adotá-la, tendo em vista o pequeno valor por ela solicitado e o nobre objetivo de seu ato.

E) É proibida por lei.

28. (CKM – 2018 – SEDUC/SP – Agente de Organização Escolar)

Tendo em vista a Lei nº 10.261/68 e suas respectivas alterações, assinale a alternativa correta.

A) O direito de petição gratuito contra ilegalidade é assegurado apenas à pessoa física.

B) A Administração pode recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, mediante justificativa.

C) O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.

D) Uma vez determinada a pena disciplinar, o servidor não tem o direito de pedir reconsideração e recorrer de decisões.

E) A infração insuficientemente caracterizada pode ser apurada preliminarmente no prazo de 90 (noventa) dias.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no Whatsapp

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2Tfp0pW>

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020

<http://bit.ly/2UNO7kV>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<http://bit.ly/2thUX6>

Cursos para Escrevente TJSP

<http://bit.ly/2JVGdQ9>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br